

Educação do campo das águas e das florestas: uma reflexão sobre a formação de professores no contexto amazônico

Education of the field of waters and forests: a reflection on teacher training in the contexto amazon

DOI:10.34117/bjdv7n4-068

Recebimento dos originais: 07/03/2021

Aceitação para publicação: 04/04/2021

Lucinete Gadelha da Costa

Doutorado em Educação

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

E-mail:lucinetegadelha@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre os processos formativos na Educação do Campo, das águas e das florestas na Universidade do Estado do Amazonas-UEA que vem se construindo a partir de espaços coletivos e entre esses destacamos o Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC). Nos procedimentos metodológicos propostos enveredamos pela abordagem qualitativa num estudo de caráter bibliográfico. Verificamos que, diante de um contexto social, cada vez mais injusto, vem à tona a necessidade de um movimento de organização das camadas populares na luta pelos seus direitos básicos no campo político no âmbito educacional. Portanto, essas experiências formativas na UEA trazem à tona o desafio de construirmos propostas e se materializam em práticas que poderão contribuir, na contextualização do ensino frente aos desafios do contexto amazônico.

Palavras-chave: Formação docente, Pedagogia do Campo, Contexto amazônico.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the formative processes in the Education of the Countryside, of the waters and of the forests at the University of the State of Amazonas-UEA that has been building from collective spaces and among these we highlight the Group of Study and Research in Teacher Training for Science Education in the Amazon (GEPEC). In the proposed methodological procedures, we take the qualitative approach in a bibliographic study. We find that, in the face of an increasingly unfair social context, the need for a movement of organization of the popular strata in the struggle for their basic rights in the political field in the educational field comes to light. Therefore, these formative experiences at UEA bring up the challenge of building proposals and materialize in practices that can contribute, in the context of teaching in the face of the challenges of the Amazon context.

Keywords: Teacher training, Pedagogy of the Countryside, Amazonian context.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre processos de formação de professores na atualidade é complexo e desafiador, pois envolve várias perspectivas e tendências que precisam estar claras nas proposituras curriculares em especial de cursos de pedagogia na formação de professores para atuarem na primeira etapa da educação básica. Neste artigo buscamos nos procedimentos metodológicos um estudo bibliográfico, com uma abordagem qualitativa com enfoque na formação de professores, a partir do seguinte questionamento: Qual a contribuição da Educação do Campo para repensarmos propostas de formação de professores?

Para responder a tal preocupação que se estende às regiões diversas como a Amazônia, vista por diferentes interesses geopolíticos que em muitas situações, fazem com que a suas singularidades presentes numa história de exploração e resistência contra uma ideologia de dominação e aculturação das populações nelas presentes, sejam ignoradas.

Acrescenta-se a esse olhar as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores nesta região que trazem características da necessidade de se repensar a formação destes, trazendo a reflexão para seu contexto, sua organização e cultura construída historicamente. Questões hoje entendidas como centrais nesta discussão não podem mais ficar de fora como é o caso de temas ambientais, organização comunitária, gestão territorial coletiva e sustentabilidade, uma vez que estamos tratando de sujeitos ribeirinhos, povos da floresta e do campo, possíveis e potenciais formadores de futuras gerações. Nesse segmento, trazemos aqui experiência de uma proposta pedagógica de um curso de licenciatura em Pedagogia do Campo frente aos desafios em nosso contexto amazônico.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: A AÇÃO DIALÓGICA NOS PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES

A Educação do Campo vem se constituindo na luta dos movimentos sociais populares que defendem e efetivam em suas práticas uma educação voltada para a formação humana em sua relação com a dinâmica de uma luta social contemporânea: a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Tem-se como perspectiva a necessidade de uma Formação comprometida com uma educação voltada para o campo, possibilitando os conhecimentos necessários para ampliação de seus horizontes, frente ao meio em que vivem reivindicando políticas públicas na garantia de direitos básicos.

Segundo Caldart (2000), pensar a educação na relação com o desenvolvimento comunitário é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através de suas potencialidades. Nesta abordagem, é que trazemos a formação do professor como uma referência primeira na construção do desenvolvimento sustentável nas e das comunidades.

Neste processo de valorização da cultura local, o diálogo é base no desenvolvimento de uma sociedade que busca o exercício da democracia. Quando o homem passa a dialogar sobre o mundo em que está inserido, buscando sua compreensão, constrói um movimento que o leva a ter mais consciência da complexidade dos seus problemas e desafios enfrentados. Diariamente ele passa a conhecer seu contexto, vai se confrontando com a realidade e transformando algo ele mesmo é o fazedor com suas criações e decisões.

Despertar um olhar para essa realidade e para suas contradições torna-se uma forma de conhecimento de sua própria vida, essencial para a superação dos problemas cotidianos. Segundo Freire (1992), a libertação é o processo permanente de busca da liberdade que não é ponto de chegada, mas sempre de partida e neste sentido constitui-se como uma matriz central da prática pedagógica. De acordo com Freire, precisamos estar atentos à particularidade dos sujeitos e de seu tempo histórico. Assim, entendemos que a partir da compreensão sobre a realidade, constrói-se uma consciência crítica.

A escola tem um papel determinante nas relações sociais. Os conteúdos curriculares trabalhados precisam construir uma coerência teórico-prático, possibilitando as ferramentas necessárias aos educandos na construção de um ideário que os oriente a uma visão de mundo. De acordo com Molina (2004), a escola, muitas vezes, trabalha conteúdos descontextualizados, tornando-se fragmentos que se expressam em ideias soltas, sem relação entre si, perdendo a perspectiva maior da formação humana.

Caldart (2004), destaca que quando ocorre a ocupação do latifúndio para nascer o assentamento é necessário instaurar o processo de desapropriação da terra conquistada para construir com ela a sua própria história. Na escola, o processo se dá na apropriação do espaço onde precisamos que as práticas pedagógicas desenvolvidas contribuam para que os estudantes desenvolvam a compreensão do mundo em que vivem. Essa prática poderá possibilitar o fazer história aqui e agora, numa ação que cria e recria constantemente a realidade.

A relação pedagógica não é uma relação de desapropriação e sim de apropriação compartilhada que busca a construção de nova representação de escola a ser constituída

no assentamento tendo como base de sustentação o aprendizado gerado na luta. Uma educação que mostre os valores da vida no campo e na cidade possibilitando aos sujeitos a mudança de percepção da realidade, uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada.

Destacamos, ainda, que a escola tem papel decisivo na orientação do movimento da contradição que a caracteriza, visando à mudança das relações sociais, através de práticas de caráter democrático, com a participação consciente dos sujeitos. Freire (2001) destaca que é necessário um grande investimento na formação permanente dos educadores para que se possa reverter a situação existente, construindo um trabalho pedagógico com base na relação dialógica que exige um fazer coerente, alicerçada por uma base de comprometimento político. Esse processo, porém, só poderá concretizar-se na prática pedagógica do professor a partir dos fundamentos de sua formação.

A educação não é um dom doado pelo educador. É uma constante construção de saberes que se fundamentam no saber popular e no saber científico, portanto, uma ação comprometida, que conduz à participação efetiva de todos de forma horizontal, estabelecendo uma relação dialógica.

Freire (2005) destaca que no processo de construção do ser, a ação dialógica torna-se um caminho para a busca de sua formação, considerando que não poderá existir uma educação crítica sem o diálogo, essência numa prática educativa de caráter libertador em que a visão de homem se funda em sua incompletude, na sua inconclusão.

Nesse agir pedagógico, há uma exigência política na própria caracterização do diálogo. Não é qualquer tipo de diálogo que pode contribuir à ação educativa de caráter libertador, mas o diálogo na ação cultural, enquanto promotor da união entre os oprimidos (FREIRE, 2005). O diálogo é visto como um dos elementos fundamentais no processo de superação da condição de oprimido e no fortalecimento, na luta por um projeto emancipatório que discute os elementos de uma pedagogia voltada para a libertação do homem, não se reduz à libertação da voz da palavra, vai além: busca desmistificar ideologias que vêm calando os sujeitos das classes populares.

O homem e a mulher, ao tomarem consciência de que podem reagir às situações opressoras, tornam-se capazes de superá-las. A consciência e autoconsciência são inerentes ao ser humano, por isso ele é capaz de se reconhecer como sujeito histórico que está em constante construção, que se dará através de suas relações, nas quais o diálogo se constitui como a base do processo de humanização. Quando dizemos que os homens se

educam nas relações, estamos destacando a dimensão social do conhecimento e afirmando que o diálogo é fundamental na prática de libertação (FREIRE,2005).

Uma educação comprometida com a conquista da liberdade pressupõe pensar a prática e reconhecer que não existe saber nem ignorância absoluta, e que é necessária na apreensão da realidade a compreensão de que as partes não são estanques, pois se constituem em partes de uma totalidade.

A educação do campo nasce numa articulação teoria/prática em que este movimento na defesa dos direitos é consciente, possibilitando um movimento educacional enraizado numa teoria construída coletivamente neste movimento de luta que, segundo Caldart, é a própria pedagogia construída nesse movimento, condição necessária para que caminhe para o nível da ação concreta.

A formação do professor precisa ser vista como um processo, em que a prática se constitui em um instrumento de formação, e no qual professores e equipe pedagógica tornam-se um coletivo numa postura de investigação de caminhos na realização de uma prática docente que busca a autonomia nos espaços educativos. Ensinar é, pois, acima de tudo, um aprender constante, e as questões sobre o que ensinar nos conduzem a reflexões sobre as finalidades da educação, sobre nossos valores e intenções.

Entretanto, não podemos pensar a educação fora do contexto social e histórico, em que pode ela tanto constituir-se em instrumento de dominação como, ao mesmo tempo, descobrir-se, como construtora de “brechas” que possibilitarão ações de resistência, ou seja, espaços concretos que podem ser colocados a serviço dos interesses dos trabalhadores. Esse processo dialético é caracterizador da escola como palco de luta, espaço eminentemente político.

Nesta visão, a pedagogia crítica libertadora aparece não como algo pronto e sim como processo em constante construção em que as escolas são vistas como espaços de luta e de possibilidades que podem ser construídos cotidianamente, com o reconhecimento, entretanto, de que não podemos entender a educação sem compreendê-la como sujeita as limitações. É o que nos lembra Giroux (1997), ao ressaltar que precisamos das condições necessárias ao fazer pedagógico como base para delimitarem ou fortalecerem suas práticas como intelectuais.

A partir dessas ideias, podemos destacar que precisamos em nossos espaços de trabalho docente ter a possibilidade de construirmos um movimento de ação-reflexiva coletiva na busca da coerência do nosso fazer profissional, de forma crítica, nesta perspectiva de reflexão científica, desmistificadores da realidade, fortalecendo a

construção de uma visão crítica no enfrentamento dos desafios gerados por uma lógica capitalista de sociedade.

A educação na conjuntura atual de nossa sociedade, evidencia a necessidade de um movimento de organização das camadas populares na luta pelos seus direitos básicos e, ao mesmo tempo, na conquista de espaços no campo político. Cabe, então, refletirmos que a educação no contexto amazônico traz à tona o desafio de construirmos espaço de diálogos na constituição de uma educação do campo, das águas e das florestas que busca a construção de currículos que fortaleçam experiências de uma educação pública popular em nossa realidade amazônica.

3 UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO FRENTE AS DEMANDAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

A proposta do Curso de Pedagogia do Campo nasce frente as demandas do estado do Amazonas, originadas da reivindicação de comunidades e neste processo a sua elaboração é o resultado do trabalho coletivo direcionado e elaborado pela comissão composta pela portaria 1490/2015 – GR/UEA e está alicerçada numa perspectiva teórico/prático, permeada pelo processo dialógico em diferentes instâncias em que destacamos o Colegiado do Curso de Pedagogia e o Comitê Estadual de Educação do Campo.

O Curso de Pedagogia do Campo originário da Universidade do Estado do Amazonas, através da Escola Normal Superior vem se construindo a partir de experiências realizadas com a contribuição do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC) com foco na formação de professores numa linha voltada a Educação do Campo.

Experiências essas que destaco o curso Normal Superior ofertado de forma modular no período de 2004 a 2008 na perspectiva da Educação do Campo intitulado Formação de Professores para o Ensino Fundamental em Áreas de Reforma Agrária, nos Estados de Roraima e Amazonas, o Convênio UEA/INCRA/PRONERA (2003), firmado entre UEA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com o objetivo de formar 200 agricultores ou filhos destes, moradores em áreas de assentamento, demanda originada das reivindicações dos Movimentos Sociais do Estado do Amazonas e Roraima (COSTA, 2012).

Dessa forma, levando em consideração as experiências de formação de professores que a UEA possui e as pesquisas que foram e são propostas no grupo de

pesquisa GEPEC, a comissão de professores elaborou a proposta do curso a partir dos princípios da Educação do Campo.

A UEA iniciou com o Curso de Pedagogia do Campo no **Município de Maués**, na oferta presencial modular que teve sua origem através de demanda da Prefeitura do município com a articulação com o Núcleo de Estudos Superiores de Maués – NESMAU/UEA com vestibular aberto em 2017, formando uma turma é composta por 38 estudantes, moradores tanto da cidade quanto de comunidades rurais do município.

No **município de Carauari** teremos a segunda turma do curso, demanda que vem através de reivindicações das comunidades, encaminhada pelo Fórum **do Território do Médio Juruá**, num movimento rico de **articulação entre universidade e sociedade** em que se abriu caminhos para um processo de construção de parcerias inicialmente com a Fundação Amazonas Sustentável – FAS e em processo envolvendo outros diferentes sujeitos coletivos até chegarmos ao **Convênio com a Capes** que nesta localidade específica traz o enfoque da formação do ribeirinho de comunidades diretamente relacionadas as Áreas de Conservação na Amazônia.

O grande desafio, portanto, é entender quais perspectivas e fundamentos são necessárias para elaborar um currículo de formação docente que articule a tríade: Educação, ambiente e sustentabilidade. Além disso, levar em consideração o ambiente e os recursos naturais disponíveis para manejo que possam auxiliar o dia a dia da comunidade residente nessas áreas protegidas de uso sustentável. Envolver o futuro profissional docente e a própria comunidade em uma vertente ecológico-sustentável, vai além somente do aspecto legal.

Entendendo que os egressos do Curso de Pedagogia do Campo precisam tornar-se profissionais aptos à docência na Educação infantil e anos iniciais do Ensino fundamental e em processos de organização do trabalho pedagógico na escola e espaços não formais, visamos contribuir para uma educação contextualizada às realidades de sua população.

Compreendemos a Educação do Campo, das Águas e das Floresta, como referência na organização pedagógica das escolas do campo, em que os futuros egressos, a partir de seu processo formativo, poderão ser capazes de investigar, diagnosticar, avaliar e propor ações em suas práticas profissionais no exercício do magistério das Escolas Infantil e do Ensino Fundamental em suas próprias comunidades de forma contextualiza. Nesta perspectiva iniciamos em agosto deste ano 2019 o Curso de Pedagogia do Campo no município de Carauari-AM, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Pe. João Derick.

A formação de professores na Educação do Campo tem como referência a Pedagogia da Alternância num movimento de reflexão-ação-reflexão sobre a realidade dos sujeitos que vivem no contexto rural, em especial no cotidiano escolar e seus movimentos de apropriação e construção da realidade com os quais a práxis do pedagogo vai se realizar.

A Licenciatura em Pedagogia do Campo é mediada pela pesquisa, tendo-a como eixo central o processo de articulação entre as disciplinas e sua perspectiva Curricular precisou dar conta dos domínios necessários ao alcance das finalidades dos conteúdos curriculares, dos processos de apropriação e construção de conhecimentos, no desenvolvimento teórico/metodológico geradores de experiências pedagógicas que busca a unidade da matriz proposta no curso.

A proposta do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo está dividida em Eixos de formação seguindo os objetivos propostos em sua relação com o conjunto de disciplinas na estrutura curricular e nesta perspectiva o curso terá 04 (quatro) eixos que buscam se articular no processo formativo, cada eixo (ano) está dividido em duas etapas ou semestres no período do ano letivo com tema gerador e objetivo a ser desenvolvido através das disciplinas.

Ao final de cada etapa teremos uma atividade denominada de **Seminários de Estudos Integradores** que reunirá a produção de conhecimento oriunda do direcionamento das disciplinas na etapa ou semestre cursado que serão planejadas com base na Pedagogia Alternância. Essa perspectiva orientará como vão se dar os recortes epistêmicos no desenvolvimento do currículo, articulados pelos princípios do tipo de educação que se pretende no curso de Pedagogia do Campo. A forma como estão distribuídas as disciplinas levam em consideração a necessidade de diálogo entre as áreas do conhecimento e apresenta a pesquisa como eixo central.

A Dimensão Política do ato pedagógico proposto pretende que a formação esteja articulada ao compromisso frente ao contexto amazônico em que os sujeitos envolvidos no processo de formação estudantes, professores e comunidade desenvolvam sua capacidade reflexiva possibilitando uma leitura crítica da realidade no campo educacional.

Dessa forma, salientamos aspectos importantes a serem considerados neste caminhar, entendendo que sua identidade não se constitui em algo fixo mais processual, possibilitando aos sujeitos envolvidos reflexões e ações concretas na formação de

professores e como desdobramento desta na educação básica em nosso contexto amazônico.

Salientamos que a proposta aponta desafios na formação do professor, considerando a realidade do contexto rural amazônico, em razão das relações históricas, bem como a preocupação com a formação dos sujeitos com os quais ele irá trabalhar, crianças, jovens e adultos através dos processos educativos desenvolvidos nas escolas.

Moradores em contextos rurais da Amazônia sofrem com a ausência das políticas públicas e estabelecem uma estreita dependência com a sede do município. Professores que trabalham nas escolas rurais do Amazonas, precisam realizar deslocamentos longos de viagem para buscar atendimento de questões de sua comunidade ou para o recebimento de seu salário.

O ritmo de vida dessas pessoas se resume na busca constante de poder conquistar e proporcionar condições dignas de vida aos seus familiares. A distância é um fator de grande importância na vida de quem vive neste espaço, pois é a partir dela que se estabelece maior ou menor integração com a sede municipal, com as comunidades vizinhas, com o acesso à educação e ao atendimento médico e, principalmente, com o grau de ligação com determinado grupo comunitário.

Acrescenta-se, ainda, a distância entre as comunidades, o tempo dedicado ao ato de locomover-se, os riscos do transporte fluvial, o limitado acesso aos serviços públicos de saúde e as características culturais das populações de várzea e de terra firme como desafios presentes no cotidiano rural, traços estes bem comum em nossas comunidades.

O cotidiano nos municípios mais longínquos não caminha no mesmo ritmo do desenvolvimento educacional encontrado nos centros urbanos e este fato provoca a indução gradativa ao êxodo rural e apresenta algumas particularidades sociais e econômicas que precisam ser levadas em consideração ao se pensar na educação como direito de todos. A falta de maior interação com as singularidades locais dificulta a definição de propostas voltadas para o que é educar e para quem se educa.

Nesse ponto de vista, surgem múltiplas e polêmicas abordagens sobre a questão educacional e entre essas abordagens podemos destacar a preocupação da família com relação à educação dos filhos e com as exigências do mercado de trabalho. É em meio a tais variantes que resultam da preocupação com a questão educacional, o direcionamento de um olhar mais crítico com relação a formação de professores em contextos rurais do Amazonas, na tentativa de entendermos como as diretrizes de âmbito nacional foram sendo implantadas e até que ponto se encontram adequadas às singularidades locais.

Concordando com Jesus (2004), ao retomar que a escola historicamente tem sido um instrumento de reprodução das ações conservadoras e educa para o capital, muito embora, esta relação com os trabalhadores rurais esteja impregnada pelas contradições que marcam as lutas pela terra e trabalho. Assim, no Amazonas, tal como nos demais estados brasileiros, presenciamos lógicas no campo educacional voltadas a trabalhar para legitimar o sistema econômico por meio da submissão das pessoas ao modo de produção capitalista e às contradições por ele engendradas.

E como afirma Roseli Caldart (2009) os movimentos sociais educam para a organização da classe que vive do trabalho /da terra e a Educação do Campo é um contraponto a esse modelo de educação, porque seus processos formativos possibilitam que as pessoas que trabalham em suas localidades se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do sem destino.

O campo da escola pública na Amazônia é caracterizado pelos povos da floresta e ribeirinhos, que apontam para o trabalho e esses sujeitos precisam ter elementos teóricos- práticos que os ajudem a refletirem acerca da sua realidade e das contradições engendradas pelo capital no intuito da busca de um projeto de sociedade em que eles próprios tenham autonomia de pensar e de agir.

Portanto, nossas reflexões traz à tona os desafios na formação de professores no Curso de Pedagogia do Campo, entendendo que este processo quer contribuir na formação de estudantes que possam, a partir da formação, estar conscientes de seus papéis na realidade em que vivem, sendo partícipes de um processo de gestão democrática, coerentes com suas características históricas em que as comunidades nelas existentes se sintam capazes de se organizarem e de proporem formas de organização de vida e subsistência e em especial criem o sentimento de pertença de um espaço construído e que, de direito, a eles cabem a organização através de suas decisões políticas.

Sabemos que vários são os desafios quando se pretende construir uma proposta pedagógica que leve em conta os diferentes sujeitos desafiados a contribuir na formação dos professores, com sua atuação enquanto sujeitos que se constroem num processo contínuo de busca da qualidade da vida das pessoas ou poderíamos dizer de um bem viver para o grupo e para si e neste movimento buscaremos as relações dialógicas e democráticas no contexto de diversidade amazônica.

Entendemos que, para fortalecermos a existência de um currículo crítico pautado em uma perspectiva de um projeto de caráter libertador, exige-se um estar consciente de seu papel social, gerador de novas mentalidades voltadas para um pensar que só terá êxito

fortalecido por um processo dinâmico de uma formação que ultrapassar o discurso de inovações de caráter técnicos.

Destacamos a importância de processos educacionais serem mediados por coletivo/participativo no respeito à diversidade do campo em seus aspectos diversos, no incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, das águas e das florestas com o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e na valorização da escola como pré-requisito fundamental para uma educação escolar nestes diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, rio de janeiro: Vozes, 2000.

_____, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento sem-terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, Lucinete Gadelha da. Educação do Campo: **Uma Experiência de Formação do (a) do Educador (a) no Estado do Amazonas**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. 46 ed.: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JESUS, Sonia Meire S. A. de; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. 5ºVol. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Por uma Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.